

Raízes Daninhas

Ainda não é dessa vez que a classe política deixará de ser o que sempre foi no Brasil. Em 1989, levantamento realizado pelo **JORNAL DO BRASIL** mostrou que nos gabinetes dos 584 deputados e senadores trabalhavam 202 parentes de parlamentares.

Nesta nova legislatura, as justificativas para o nepotismo são as de sempre. Um deputado confia mais na esposa, que o secretaria, do que em qualquer outra profissional que pudesse ter contratado. Um senador não se cansa de exaltar as qualificações profissionais do genro que trabalha no seu gabinete. Os dois podem estar com a razão quanto a esse aspecto. O problema é que suas respostas geralmente não tocam no cerne da questão, qual seja: é aceitável, do ponto de vista da ética e da moralidade públicas, nomear parentes?

O nepotismo é uma praga que não assola só o Legislativo. É um velho vício nacional, como o *jeitinho* e o anel de bacharel. Recentemente, este jornal mostrou que o Judiciário não escapa ao hábito, tal a quantidade de magistrados que empregam parentes no Tribunal Federal Regional do Rio. No âmbito do Executivo, as coisas não são com certeza diferentes.

No Congresso, as denúncias de nepotismo são mais frequentes e encontram maior repercussão por se tratar de uma instituição sempre mais exposta à opinião pública: ele acaba sendo vítima da própria transparência. E o que o Congresso reflete não é uma exclusividade sua. Por representar o povo, o representa tanto nas suas qualidades quanto nos seus defeitos. E o nepotismo é um defeito que deita raízes seculares não só na administração, mas na própria consciência brasileira.

Se a Revolução de 1930 significou também uma reação contra as oligarquias que dominavam boa parte do país na época, não conseguiria acabar com um sistema familiar de poder que ainda está na base da atividade política em muitos estados da federação.

Para se escrever uma história do Nordeste, por exemplo, não se pode ignorar a força dos clãs sobre os negócios públicos. Em muitos estados, duas ou três famílias são *donas* de municípios inteiros.

Entre tudo de bom que herdamos da colonização portuguesa, herdamos também uma visão retrógrada de administração pública. Como mostrou Simon Chamma em *Cidadãos*, o conceito de serviço público foi uma invenção da Revolução Francesa. Antes, os cargos do Estado eram propriedades de quem os exercia — como um cavalo ou um boi. Podiam inclusive ser comprados por quem tivesse dinheiro, como um bom investimento qualquer. Um cobrador de impostos, por exemplo, os cobrava também no seu próprio benefício, e no benefício da sua família.

No Brasil, essa visão superada de administração pública parece ter resistido ao tempo. A hereditariedade dos cartórios, entre outros absurdos, é um exemplo disso. A confusão entre o que é público e o que é privado dá origem a muitos outros males — entre os quais a falta da perspectiva do bem comum e da coletividade, que tem sido a mola propulsora de algumas das nações mais desenvolvidas do mundo.

É nesse contexto que se deve situar o nepotismo no Congresso. Um equívoco seria associar essas denúncias à idéia de desprestigiá-lo. A instituição parlamentar, em todos os países em que ela funciona, continua como um esteio indispensável da democracia.

Mas se o Congresso, se não poderia deixar de reproduzir o que é mau no país, pode também, como já demonstrou várias vezes, reproduzir o que existe de bom. A prática do nepotismo, pelas suspeitas e mal-estar que suscita, deveria entrar de vez, a bem da prática democrática, para o seu índice. A regra de só admitir funcionários por concurso público tinha de virar ponto de honra — uma bandeira não só do Legislativo, mas de todos os poderes.